

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE FILOSOFIA HISTÓRIA

BRUNA SILVEIRA BONFELD DE OLIVEIRA

A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA: ação psicológica e a representação dos povos
colonizados (1960-1974)

Rio de Janeiro

2019

BRUNA SILVEIRA BONFELD DE OLIVEIRA

A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA: ação psicológica e a representação dos povos
colonizados (1960-1974)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de bacharel em
História

Orientadora: Sílvia Adriana Barbosa Correia

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia ao meu filho, Francisco
Silveira Clifton-Riley.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Renata, por nunca ter me deixado desistir, por toda a ajuda e apoio.

Agradeço ao meu marido, Ronaldo Riley, por ter me inscrito no ENEM contra a minha vontade e pela parceria.

Agradeço à Bárbara Celi, por ter me alertado que meu nome estava na lista da UFRJ quando, na verdade, minha mente estava ocupada com um bebê recém-nascido.

Agradeço à minha orientadora Silvia Adriana Barbosa Correia, pelas oportunidades dadas e orientações acadêmicas.

Agradeço à Denise de Souza Pinto, por ter mantido minha sanidade mental.

Agradeço aos meus amigos da graduação, porém principalmente a Andressa Coelho, Anelise Martins e Gabriel Henrique, por terem me ajudado e estado ao meu lado nos momentos que mais precisei.

Agradeço aos meus amigos íntimos, pelo incentivo e força que me deram no decorrer desta trajetória.

Agradeço à UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela impecável graduação e pela orientação na minha carreira. É a melhor Universidade do mundo.

Agradeço ao meu filho Francisco Silveira Clifton-Riley, que é o principal motivo da minha força, da minha luta. Agradeço a compreensão pelas vezes em que precisei deixá-lo para construir um futuro melhor para nós dois.

RESUMO

OLIVEIRA, Bruna Silveira Bonfeld de. A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA: ação psicológica e a representação dos povos colonizados (1960-1974). Rio de Janeiro, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A presente pesquisa está inserida no contexto da Guerra Colonial Portuguesa (1960-1974), evento histórico que visou impedir as independências nas colônias pertencentes ao Império Português. Podemos situar a Guerra Colonial no pós II Guerra Mundial, com a desestruturação dos Impérios Europeus e a Ditadura de Salazar. Dito isto, a “Ação Psicológica” – estratégia de guerra baseada em propaganda – teve um papel fundamental na luta contra a independência dos territórios coloniais. Pode-se entender que o objetivo geral desta monografia é conceituar a Ação Psicológica: perceber suas estratégias, função, linguagem e meta. Já o objetivo específico é entender como a Ação Psicológica representou os povos colonizados e a sua relação estreita com a identidade nacional portuguesa. Para tal, foi utilizada uma fonte digitalizada diretamente do Arquivo Nacional Português e está minuciosamente examinada, no que tange aos recursos retóricos de linguagem.

Palavras-chave: descolonização, colonialismo português, guerra colonial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CONTEXTO INTERNACIONAL, A DITADURA SALAZARISTA E A DESCOLONIZAÇÃO.....	8
1.1 O colonialismo português	9
1.2 A Guerra Colonial Portuguesa e a Descolonização	11
1.2.1 A Guerra Colonial	11
2 AÇÃO PSICOLÓGICA NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA	18
2.1 O uso da propaganda em regimes autoritários.....	20
2.2 Propaganda e o Estado Novo de Salazar	22
2.3 Ação Psicológica sob perspectiva.....	23
2.4 Uma perspectiva a partir de Frantz Fanon	26
3 AÇÃO PSICOLÓGICA NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA E O PROJETO DE IDENTIDADE NACIONAL.....	29
3.1 Identidade.....	33
3.2 Colonizadores X colonizados: tensões identitárias.....	34
3.3 Império Colonial e Identidade	35
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	42
Fontes.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objetivo tratar a Guerra Colonial Portuguesa, que decorreu entre 1960-1974, a partir de uma tática de guerra baseada em propaganda: a Ação Psicológica. Mais especificamente, este trabalho procura perceber como esta mesma estratégia atingiu os povos colonizados.

Tal estratégia foi pensada e elaborada a fim de evitar que os processos independentistas nas colônias ultramarinas tivessem êxito, no caso, a descolonização, conforme elaborado nesta monografia no decorrer dos capítulos. Porém, podemos abordar aqui rapidamente sua principal função e característica.

A Guerra Colonial Portuguesa inseriu-se em um contexto pós II Guerra Mundial de esfacelamento dos Impérios Europeus. Neste quadro, a Ação Psicológica foi uma tentativa de impedir que os processos de independência fossem bem-sucedidos. A intensa propaganda foi veiculada para três meios distintos: a sociedade portuguesa, que precisava ser convencida da importância da manutenção das possessões à Ultramar e, conseqüentemente, a enviar seus jovens para esta causa; o exército português, que precisava ser motivado corretamente com os ideais nacionalistas; e, por fim, a população local colonizada (que será o recorte desta pesquisa), que precisava enxergar as vantagens da colonização. A Ação Psicológica era uma forma de legitimação da Guerra Colonial.

Para tal, analisamos um dos relatórios produzidos pela Ação Psicológica. Esta fonte, que atualmente encontra-se no Arquivo da Defesa Nacional de Portugal, é uma dentre as várias que foram digitalizadas, organizadas no âmbito do projeto “Políticas da memória da Guerra Colonial Portuguesa”, sob orientação da professora doutora Sílvia Correia. Estas fontes foram tratadas no período de dois anos (2016-2018) através da bolsa PIBIC/UFRJ.

A pesquisa gerou alguns frutos, dentre eles, duas participações na Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (SIAC). A primeira participação ocorreu com início da pesquisa no primeiro ano e, no segundo ano, a conclusão. Na primeira participação, recebi uma menção-honrosa pelo trabalho, resultando em resumo estendido para a revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ (CFCH). Por fim, sua culminância se dá por meio deste trabalho de encerramento do curso de Bacharelado em História.

1. CONTEXTO INTERNACIONAL, A DITADURA SALAZARISTA E A DESCOLONIZAÇÃO

Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente.

Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma. Uma civilização que trapaceia com os seus princípios é uma civilização moribunda.

A verdade é que a civilização dita ‘europeia’, a civilização ‘ocidental’, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores a que a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que essa Europa acusada no tribunal da ‘razão’ como no tribunal da consciência, se vê impotente para se justificar; e se refugia cada vez mais numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar.

A Europa é indefensável.

Parece que é esta a constatação que se confiam, baixinho, os estrategemas americanos.

O que, em si, não é grave (CÉSAIRE, 1978, p.13).

A Guerra Colonial Portuguesa está situada temporalmente no contexto pós II Guerra Mundial, a partir do desmantelamento dos Impérios Europeus e da Ditadura Salazarista em Portugal. Alguns paradigmas foram colocados em xeque, inclusive os pertinentes ao mundo colonial, os quais o governo de Salazar teve dificuldade em contornar.

Temos alguns objetivos neste capítulo, dentre eles, entender como este choque ao sistema colonial vigente na época ameaçou de forma contundente, não só a soberania portuguesa em suas colônias africanas, como também a manutenção do regime Salazarista, surtindo efeitos nas províncias ultramarinas e em Portugal. Além disso, analisar o porquê de Portugal ter investido dinheiro e homens em uma guerra controversa. Vamos pensar sobre a singularidade do caso português no que diz respeito ao primeiro objetivo.

O historiador Alexandre Valentim é considerado um dos maiores especialistas sobre o tema e será aqui citado de forma recorrente. A singularidade advogada pelo salazarismo parte do princípio de “exceção” do português como desbravador e civilizador de regiões incultas e bárbaras, algo que ele carrega consigo desde as primeiras colônias do século XVI, conforme observamos abaixo:

Ligado, como vemos, a uma determinada imagem do país, o projeto colonial implica igualmente uma certa visão dos povos a ele submetidos (...), visão de sujeito a objeto, marcada do mesmo modo pelo nacionalismo, que toma modalidades e aspectos diversos consoante as conjunturas, flutuando entre o etnocentrismo e formas mais ou menos explícitas de racismo (ALEXANDRE, 2000, p. 220)

Valentim Alexandre¹, em seu artigo “A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada” (2005), inicia seu argumento elucidando que, apesar de a descolonização portuguesa ser normalmente estudada e apreendida principalmente no recorte entre a revolução de abril de 1974 até a data da independência de Angola em 11 de novembro de 1975, ela é mais complexa do que isso, envolvendo um movimento maior e mais vasto a nível global, a partir das dinâmicas do pós II Guerra Mundial e que, só por este entendimento, as particularidades da Guerra Colonial Portuguesa podem ficar mais compreensíveis. (ALEXANDRE, 2005, p.31). Para melhor entendimento desse complexo evento, é necessário remontar às suas raízes.

Portugal teve um histórico de significativa neutralidade em alguns momentos-chave na história da Europa, o que causou um certo afastamento de algumas potências europeias, devido ao interesse em priorizar o Portugal atlântico e colonial. Exemplo disso foi a tentativa de equilíbrio entre Lisboa, Madrid e Londres no contexto da Guerra Civil Espanhola e a posição de neutralidade na II Guerra Mundial, estendendo-se, posteriormente, à Guerra Fria. Além disso, outras características de Portugal levaram a uma história diferenciada no restante do Velho Mundo; a reticência e o pragmatismo em relação à construção europeia, com participação econômica, mas recusa em integração política, incluindo também o tema desta monografia que é a recusa da descolonização e a defesa intransigente do Império (TEIXEIRA, 2010).

1.1 O colonialismo português

Segundo o Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos (AZEVEDO, 2012), a palavra “colonialismo” remete à identificação da doutrina e à prática da colonização. De acordo com a teoria marxista, as características indispensáveis são a pilhagem e a conquista. É o domínio institucional de uma potência ou Estado sobre outros povos, normalmente localizados em territórios longínquos. Existem duas etapas do início do colonialismo moderno: a primeira, que se inicia com as viagens ultramarinas pelos povos ibéricos no início do século XVI e a segunda, a partir da segunda metade do século XIX, com o Congresso de Berlim (1884-1885), que reparte os territórios africanos entre as principais potências europeias que competiam entre si.

Dito isto, o período entre guerras pode ser considerado como o apogeu do colonialismo, no qual ele atinge o ápice de sua extensão territorial, pois é o período em que ocorreu a

¹ Historiador pertencente ao Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa.

possessão das conquistas europeias de países africanos, além de regiões do Império Turco pela França e Inglaterra em 1919 pelo Tratado de Versalhes.

O colonialismo necessitou ser justificado por parte dos impérios europeus, e essas justificativas pautavam-se principalmente na então crença comum da época, da superioridade do homem branco e civilizado, perante os bárbaros, incultos e atrasados². Esta superioridade daria legitimidade a um melhor aproveitamento dos recursos naturais do mundo, tendo em vista o “progresso da humanidade”. Diante da tamanha “obviedade” da superioridade europeia, a colonização surgiu como uma resposta inevitável e preponderante.

Essa perspectiva parecia adequar-se particularmente às realidades vividas nas possessões africanas, onde um número restrito de europeus controlava então milhões de habitantes, sem sobressaltos de maior, com recursos limitados e forças armadas muito reduzidas (ALEXANDRE, 2005, p. 32).

Ainda a partir de Valentim Alexandre, apontaremos brevemente o caso do imaginário português em relação ao colonialismo e como isso foi sendo paulatinamente construído no decorrer dos séculos. Segundo Alexandre, a questão colonial de um modo geral tem um grande peso na história de Portugal, pois está diretamente relacionada com o “problema central da identidade” (ALEXANDRE, 2000, p.219) e, por conseguinte, com a própria sobrevivência do país.

Entretanto, é importante ressaltar que durante grande parte do século XX essa aura de “arrebamento imperial” predominou também em outros países europeus como Grã-Bretanha, França, Holanda e Bélgica, que era normalmente baseada ou em religião, ou no iluminismo. Havia um caráter universalista.

Para entender a importância do projeto colonial para Portugal, o autor se vale mais do que uma mera percepção de ideologia, mas sim, trabalhando com a noção de “mito”, mito enquanto a apreensão da realidade como um todo, englobando diversos âmbitos, econômicos e não econômicos, racionais ou irracionais, interligando-os.

Dois mitos serviram de sustentáculos para o empreendimento colonial: o “mito do eldorado” e o “mito da herança sagrada” (ALEXANDRE, 2000, p.220). O primeiro está

² Esta crença foi principalmente ancorada no “darwinismo social” e as novas formas de racismo científico em voga na Europa (ALEXANDRE, 2000, p.222).

relacionado à crença inabalável das riquezas em África, nas suas colônias, fertilidade e tesouros; tamanha fonte de riquezas viria para compensar a perda que tinha sido a do Brasil. A África viria para completar o destino do império português, fazendo-o recuperar o status perdido. Este mito, portanto, teria caráter estrutural. O segundo está relacionado à preservação de todo e qualquer território do Império Ultramarino como um direito histórico. Por estar extremamente presente no consciente das elites portuguesas, devido a uma suposta vulnerabilidade do país sem as suas colônias, Portugal expressa, portanto, a ideia de que a existência da nação dependia correlatamente com a existência do império. Assim, o mito da herança sagrada tem caráter estrutural, mas também permanente. Neste sentido, temos o projeto colonial como elemento central do nacionalismo português (ALEXANDRE, 2000, p. 222).

1.2 A Guerra Colonial Portuguesa e a Descolonização

1.2.1 A Guerra Colonial

Na década de 30 do século XX, o Estado Novo português inaugurou uma política mais centralizadora no que dizia respeito à burocracia administrativa das colônias, de caráter imperial e nacionalista. Para cumprir com este objetivo, investiu em uma “mística imperial” que mobilizasse a população e o exército português em uma direção de manutenção das colônias. Neste sentido, observou-se, portanto, uma “ofensiva ideológica, traduzida em exposições, congressos, publicações de revistas e coleções com a temática imperial, além de uma reformulação nos programas escolares com enfoque na causa colonial” (ALEXANDRE, 2000, p.188-189).

Alguns anos depois, em 1959, quando a agitação toma conta do Congo Belga, sendo concedida a independência pela Bélgica um ano depois, o alarme soa em Lisboa sobre as possíveis influências que tal evento teria em suas colônias, que já estavam sob agitação, principalmente devido às similaridades dos colonialismos exercidos pelas duas metrópoles e a contiguidade geográfica e identidade étnica das respectivas zonas fronteiriças (ALEXANDRE, 2005, p. 55).

Norrie MacQueen³ em “A descolonização na África Portuguesa” (1997), vê a descolonização como um fenômeno dos pós 45 que, de acordo com a historiografia corrente, se

³ Doutorado pela Universidade de Ulster (1982): “A neutralidade irlandesa: As nações unidas e a experiência de manutenção da paz”. Editor Associado em “Perspectivas sobre a Política e a Sociedade Europeia: Um periódico

divide em duas perspectivas distintas: um vitorioso nacionalismo colonial versus um cálculo da metrópole e da escola política. Entretanto, este seria um quadro redutor diante de tantas particularidades.

No caso específico português, ainda em MacQueen (1997), o nacionalismo africano não só ocasionou a independência, como também provocou um colapso dentro da própria metrópole. Portanto, para compreender o que ocasionou a independência das colônias portuguesas em África, é necessário estar atento a essas duas questões concomitantes: o nacionalismo revoltoso nas colônias e a evolução na metrópole. Segundo o autor, essas duas conjunções de fatores foram moldadas muito mais profundamente no colonialismo português devido ao sistema internacional mais geral.

A década de 60 foi caracterizada em Portugal por uma rápida modernização, tanto a nível económico como a nível social (MACQUEEN, 1997, p.247), principalmente devido às exigências que a Guerra Colonial acarretava para o país.

Uma importante questão era que o capitalismo na segunda metade do século XX estava desenvolvendo-se de forma mais agressiva e contundente, no qual os investimentos centravam-se mais na Europa do que em África. Portanto, a problemática não era necessariamente a transição de um colonialismo para um neocolonialismo, mas sim que, devido a novos interesses económicos, os laços com as colônias africanas não tinham que ser mais tão fortes. Entretanto, as modificações, que segundo MacQueen (1997), Portugal forçosamente foi obrigado a passar, não eram as modificações que Salazar desejava.

Ao fim da década de 60, Salazar foi substituído pelo “liberal” Marcelo Caetano e pelos apoiadores da modernização (MACQUEEN, 1997, p.248). Após exaurirem todos os recursos e benefícios que o ultracolonialismo lhes proporcionou, tinham agora um “ar fresco” para seus propósitos. O objetivo era fazer a economia e a política andarem lado a lado. Ainda assim, o regime salazarista estaria impregnado no novo governo (MACQUEEN, 1997, p.249).

Para António Costa Pinto⁴ (2001), um dos aspectos fundamentais que proporcionou o sentimento anticolonial foi o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD) e o

de Diálogo Intra-Europeu". Membro da Banca Editorial em "Periódico da Manutenção da Paz Internacional". Ver em: << <http://st-andrews.academia.edu/NorrieMacqueen/CurriculumVitae>>>.

⁴ Doutoramento pelo Instituto Universitário Europeu (1992, Florença) e agregado pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) (1999), é presentemente Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado no ISCTE, Lisboa. Ver em: << <https://www.ics.ulisboa.pt/pessoa/antonio-costa-pinto>>>

renascimento do movimento associativo das universidades no pós-guerra, levando à politização de alguns estudantes das colônias. Entretanto, é importante ressaltar que o movimento estudantil foi apenas uma dentre várias manifestações do nacionalismo colonial. Segundo Costa Pinto, “O redespertar étnico, a missionação protestante ou a emigração para países vizinhos e, sobretudo, a vaga das independências no Norte do continente africano, foram os grandes viveiros dos primeiros movimentos nacionalistas das colônias portuguesas” (PINTO, 2001, p.35).

De acordo com Antônio Costa Pinto, foi dentre os africanos que iam estudar na metrópole, principalmente na Casa dos Estudantes do Império, que os movimentos independentistas encontraram suas primeiras sementes a serem germinadas como oposição ao salazarismo. A cultura exerceu papel fundamental ao aglutinar o neorrealismo, a literatura marxista e a negritude (PINTO, 2000, p.36).

A partir de meados da década de 50, iniciam-se partidos e movimentos anticolonialistas, quer nacionais, quer unitários. Já na década de 60 houve o início de uma germinação de ação política de africanos na metrópole. Uma das principais iniciativas desse período foi o jornal *Anticolonial* que tinha por objetivo fazer propaganda contra a guerra das colônias (PINTO, 2001, p.37).

Após esta gradual mudança dos sentimentos anticolonialistas, as elites coloniais passaram a não ser tão bem recebidas na metrópole e, por conseguinte, os movimentos independentistas começaram a se organizar de forma mais sistemática em organizações clandestinas anti-salazaristas.

Yves Léonard, no capítulo intitulado “O Ultramar Português” da “História da Expansão Portuguesa”⁵ (2000), argumenta que a II Guerra Mundial abalou as estruturas do colonialismo, abrindo fendas nos próprios fundamentos do salazarismo. Porém, o regime tinha consciência da sua dependência em relação ao colonialismo.

Em 1940 o governo Salazar comemorou os oito séculos de história de Portugal, a partir da missão civilizadora, com a Exposição do Mundo Português (LÉONARD, 2000, p.31). Nesse sentido, o regime salazarista autoproclamava-se assim o herdeiro legítimo dessa missão

⁵ Doutor em história e licenciado pela Sciences Po, Yves Léonard é especialista na história contemporânea de Portugal. Disponível em: << <http://chsp.sciences-po.fr/correspondant/leonard> >>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

multissecular. A propaganda, conforme veremos no próximo capítulo, teve papel preponderante para entender o cerne do mito fundador da nação portuguesa.

Ao voltar ao cenário pós II Guerra Mundial, verifica-se um novo quadro internacional, com Portugal ainda muito ancorado em sua concepção de Império, referendado pela Igreja Católica para a manutenção dessa imagem, trazendo-lhe legitimidade e status. Nesse sentido, Portugal mantinha seu posicionamento neutro, mesmo que com dificuldade, e esta dificuldade estava pautada não necessariamente no regime salazarista internamente, mas sim no posicionamento do governo perante as colônias, que divergia muito das demais potências europeias. Para os demais vizinhos europeus era difícil ver Salazar se comportar perante suas colônias como sempre tinha se comportado até então.

O Império era, portanto, o principal componente da visão geopolítica de Salazar. Era graças ao Império Ultramarino que Portugal ainda tinha algum posicionamento decisivo perante as outras potências europeias. Portanto, o mais importante era preservar a integridade territorial.

Deve-se ressaltar que a Guerra trouxe modificações sensíveis à produtividade e lucro que a metrópole obtinha com as colônias.

Após uma breve comparação dos cenários, apresentados por Norrie MacQueen (1997), Antônio Costa Pinto (2001) e Yvés Léonard (2000), que serviram de base para a Guerra Colonial, observou-se um enfoque maior na ambientação internacional econômica da época por parte de Norrie MacQueen e Yvés Leonard e, por conseguinte, na disseminação de elementos culturais e educacionais dos colonizados por parte de Antônio Costa Pinto.

Entende-se, portanto, que as estruturas do colonialismo estavam sofrendo pressão da nova conjuntura internacional.

Marcelo Caetano narra que a proximidade do fim da Guerra e a previsível derrota do Eixo, gerou um clima de tensão no governo, pois este resultado “significaria fatalmente a queda do regime português”. Ele explica que, por conta disso, quando assume o governo, não recebe os parabéns dos colegas devido à inevitável troca de comando caso o Estado Novo caísse. Acrescenta Caetano: “Aquele governo ia ter muitas dificuldades, ia ser talvez o último do Estado Novo, o do funeral” (CAETANO, 1977, p.7).

1.2.2 Resistência e Descolonização

A Guerra Colonial eclodiu em Angola no ano de 1961. O momento auge que determinou o início da luta armada, entretanto, varia de acordo com as diversas datas de ações-

chave que ocorreram à época, como o ataque angolano à cadeia de Luanda em 4 de fevereiro de 1961, onde encontravam-se diversos presos políticos. Porém, o ataque de 15 de março de 1961 a diversas fazendas e postos administrativos portugueses marcam não só uma ação mais efetiva da União dos Povos de Angola (UPA), mas também uma ação étnica, marcando simbolicamente o início do conflito angolano (PINTO, 2001, p.41).

O que é comumente aceito é que, entre 1961 e 1974, Portugal investiu em uma Guerra Colonial, que foi dividida em três frentes. Apesar do que estava previsto, o Império resistiu aos processos de descolonização e as Forças Armadas Portuguesas se prepararam para o que viria a ser uma guerra de guerrilha prolongada. A Guerra Colonial Portuguesa foi num primeiro momento ofuscada pela guerra do Vietname (1955-1975), que também ocorria à época. Ela foi-se arrastando até à década de 70, quando Portugal sofreu um considerável revés na Guiné-Bissau.

Conforme a guerra ganha visibilidade, as ações em Angola obtêm grande repercussão internacional, o que levou rapidamente à conclusão de que o Império português iria desmoronar. Esta repercussão tem relação com a natureza “anacrônica” do imperialismo português (Macqueen, 1997, p. 256).

A guerra estava anunciada e o próprio Salazar já se referia a ela em 1959 reconhecendo que “o certo é que vamos ter uma guerra no Ultramar e será uma guerra de guerrilha”. O discurso “lusotropicalista”, doravante oficial, seria o de Portugal como “uma nação compósita euro-africana e euro-asiática [que], estendendo-se por espaços livres ou desaproveitados, pretendeu imprimir aos povos conceitos muito diversos dos que depois caracterizaram outros tipos de colonização (...). Resistir seria a palavra de ordem do ditador, que nunca abriu uma porta a negociações, e tinha acabado de recusar qualquer liberalização do regime, em 1958. (PINTO, 2001, p.45).

Apesar dos conflitos em Angola terem iniciado a luta armada com Portugal, é importante dar destaque para as dificuldades que a Guiné impôs à metrópole, com a “mais dura oposição militar” (MACQUEEN, 1997. p. 250). O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi o único movimento na África Portuguesa a ameaçar Lisboa.

A Guiné, com a sua falta de recursos econômicos óbvios e com uma escassa população europeia, provocava as perguntas mais pertinentes acerca das razões para as guerras. A Guiné, com as suas guarnições militares cercadas e a ausência de diversão “civil” para o seu exército colonial, provocou o mais elevado sentimento de consciência de auto identidade entre todas as forças portuguesas em África. (MACQUEEN, 1997, p.250).

É correto afirmar que o futuro do regime salazarista estava diretamente relacionado com o futuro da guerra. Portugal era vulnerável, pois estava atrasado economicamente e, portanto, dependia do sistema colonial.

Ao colocar a informação acima sob perspectiva, é compreensível o porquê de Portugal, na década de 60, ter tido um dos maiores recrutamentos militares de sua população jovem e, por conseguinte, o enorme impacto que isto causou na metrópole. Essa persistência na manutenção da guerra foi encarada de diversas formas na época, conforme Valentim Alexandre elucida abaixo:

A persistência de Portugal deu origem, na época, a várias teorias. Alguns viam nela o sinal de um colonialismo “primitivo” e “extremo” (um “ultracolonialismo”), que se mantinha apenas pela violência, dado o seu atraso econômico, valendo-se igualmente do apoio activo ou da complacência das grandes potências. No pólo oposto, as teses oficiais portuguesas salientavam também a especificidade do sistema luso, mas em sentido diverso: velho de cinco séculos, o império distinguir-se-ia, pelos seus fundamentos, dos criados pelas outras nações europeias em finais de Oitocentos, correspondendo a uma vocação do povo português(...) (ALEXANDRE, 2005, p. 51).

A data de 25 de abril de 1974 marca o fim do regime autoritário e o início do processo de democratização. Este fato redefiniu a condução da política externa portuguesa, através do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), traduzida pela fórmula “democratização; descolonização; desenvolvimento” (TEIXEIRA, 2010).

Após análise detalhada do que foi exposto até aqui, percebemos que há correlação entre colonialismo, salazarismo, manutenção do Império e da identidade portuguesa e contexto internacional. Todos esses elementos estavam equilibrados na mesma balança e o que afetava a um, afetava a todos os outros, comprometendo toda a estrutura.

Quando os ares da descolonização atingiram as colônias portuguesas em África, as próprias raízes de um governo ditatorial longínquo como o salazarismo, foram aos poucos sendo arrancadas e, com isso, foi sendo colocado em xeque a perspectiva de Portugal não conseguir sobreviver sem o Império Ultramarino.

Nos próximos capítulos, será trabalhado como o governo português, na busca de fazer a manutenção do Império, criou uma elaborada estratégia de guerra baseada em propaganda, a fim de evitar e minar os processos de descolonização que ocorriam, com força, em suas colônias. É neste investimento de manter o território no além-mar que é identificado o grau de

importância com que Portugal via suas colônias, até para a manutenção da própria identidade da nação portuguesa.

2 AÇÃO PSICOLÓGICA NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA

O que é vosso, os machados, as catanas, os canivetes, os relógios, o dinheiro, tudo o que é vosso, vocês vão levar convosco. E vão levar os machados e catanas dos que fugiram, para lhes entregar. Mas o que é do colonialista fica connosco. Os tugas dizem que somos bandidos, que matamos o povo, que roubamos. Fizemos-vos mal? Matámos alguém? Mesmo o branco, podíamos mata-lo, não quisemos. Não somos bandidos. Somos soldados que estamos a lutar para que as árvores que vocês abatem sirvam o povo e não o estrangeiro. Estamos a lutar para que o petróleo de Cabinda sirva para enriquecer o povo e não os americanos. Mas como nós lutamos contra os colonialistas, e como os colonialistas sabem que, com a nossa vitória, eles perderão as riquezas que roubam ao povo, então eles dizem que somos bandidos, para que o povo tenha medo de nós e nos denuncie ao exército (PEPETELA, 2013, p. 36).

O trecho acima é referente ao romance *Mayombe*, autoria de Pepetela⁶ (2013), que narra a história de um grupo guerrilheiro revolucionário do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) atuante na região da floresta Mayombe, em Angola. É exemplificada a tensão que existia nas informações sobre a revolução, disseminada entre a população local, por parte dos “colonialistas”. Os revolucionários eram divulgados como bandidos que, para benefício próprio, roubavam o povo em nome da libertação e da independência.

Pretendemos aqui analisar este discurso colonizador, no que se refere à imagem que desejavam transmitir dos movimentos independentistas, para a população local. A ele chamamos de Ação Psicológica (APSIC), de acordo com a fonte que será discutida. Em linhas gerais, a “Ação Psicológica”, ou APSIC, foi uma estratégia de guerra baseada em propaganda, utilizada pelo governo português de Antônio Salazar, com o objetivo específico de impedir o sucesso dos movimentos independentistas das colônias ultramarinas, a partir da década de 60 do século XX.

Após uma revisão sobre o contexto e os desdobramentos da Guerra Colonial Portuguesa, trazemos agora a análise de uma fonte, dentre tantas que estão presentes no Arquivo de Defesa Nacional Português, e que foram a base desta pesquisa. Estas fontes são referentes à Ação Psicológica na Guerra Colonial Portuguesa⁷.

⁶ Antônio Carlos Maurício Pestana dos Santos, ou Pepetela, foi guerrilheiro pelo Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), político e governante. A obra “Mayombe”, do trecho destacado, foi a vencedora do Prêmio Camões 1997.

⁷ As fontes são oriundas do **Arquivo de Defesa Nacional Português** e foram digitalizadas a pedido da minha orientadora, professora doutora Sílvia Correia e trabalhadas em um projeto Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela UFRJ, com duração de dois anos: 2016-2018.

Este capítulo não pretende analisar em profundidade os movimentos independentistas em África, mas sim a influência da Ação Psicológica dentro desse contexto para a população local, que sofria diretamente com as consequências da guerra.

O recorte para a análise da fonte – a forma como se direciona à população colonizada – foi escolhido tendo em vista que a Ação Psicológica agia em três frentes distintas: a sociedade portuguesa, que precisava enviar seus jovens (filhos, netos, maridos) para uma guerra de longa duração, perigosa e fora do continente; o exército português, que precisava da motivação necessária para vencer a guerra; e a população local, que precisava se sentir pertencente a um Império e que, sem este, sua própria sobrevivência não seria possível⁸. Cada frente tinha seus recursos retóricos e imagéticos específicos a fim de atingir o objetivo de adesão ao propósito colonial.

Nesse sentido, para conseguir uma análise consistente, optamos por tratar aqui, além da breve introdução acima, a Ação Psicológica em termos mais abrangentes para, por fim, direcionar o olhar para a população colonizada, no qual terá seu desfecho no último capítulo.

A fonte escolhida trata-se de um relatório específico de Ação Psicológica, elaborado pelo Chefe de Brigada da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)⁹, Manuel J. Correia. Nele o agente explica os pontos fundamentais da Ação Psicológica: os recursos que devem ser empreendidos para obtenção de êxito da Guerra Colonial; quais são os procedimentos que devem ser adotados e por quais meios, fazendo um panorama da situação de influência internacional nas colônias e como esta deve ser combatida.

O comunismo internacional fazia sentir já a sua nefasta acção subversiva muito antes de 1961, altura em que eclodiram os primeiros movimentos terroristas em Angola.¹⁰

O trecho acima é o primeiro parágrafo da nossa fonte. Apesar de curto, já nos traz em sua linguagem própria informações pertinentes sobre o que a Ação Psicológica desejava combater¹¹. O que devemos analisar quando se trata de um documento referente à Ação

⁸ Chegou-se a esta conclusão a partir da análise das fontes do projeto “Políticas da memória da Guerra Colonial Portuguesa e da Guerra da Argélia – uma perspectiva comparada”, que teve duração de 2016-2018, coordenado pela professora doutora Sílvia Correia.

⁹ O órgão da polícia indicado na fonte é o Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que funcionou entre 1945 e 1969.

¹⁰ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270.7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Ação Psicológica, 1968.

¹¹ Este mesmo trecho estará de novo em perspectiva, sob um novo olhar, no capítulo III desta monografia.

Psicológica é justamente isso: analisar a linguagem utilizada, os termos específicos propositais, a fim de não só justificar, mas também legitimar a Guerra Colonial Portuguesa.

Os termos dessa frase de duas linhas, aos quais devemos focar nossa atenção são: “comunismo internacional”, “ação subversiva”, “movimentos terroristas”. Neste caso, vemos termos classificatórios, que dão nítidas imagens sobre as ameaças que naquele momento Portugal via colocadas sobre seu Império. Era um movimento comunista internacional a partir da década de 60¹² que influenciava os povos colonizados a se “rebelarem” contra aquilo que naturalmente deveria existir, o colonialismo; o que se concretizava em ações subversivas e movimentos terroristas. E era isso que deveria ser combatido.

Já foi mencionado em nossa introdução que a Ação Psicológica foi uma estratégia de guerra baseada em propaganda. No trecho abaixo vemos a afirmação do Estado Português de que houve uma propaganda comunista que se alastrou pelo continente africano, podendo gerar implicações graves à manutenção do Império. Nesse sentido então temos o que seria uma propaganda comunista e, por fim, uma contrapropaganda, como reação, por parte de Portugal. Logo, nos faz imprescindível pensar especificamente sobre o conceito de Propaganda e sobre Propaganda em regimes autoritários.

Alguns países, dito amigos, embora familiarizados com problemas criados por essa mesma propaganda, fizeram-se seus participantes, não vendo, ou não querendo ver, todas as implicações da situação que se poderia criar nesta parte do continente africano.¹³

2.1 O uso da propaganda em regimes autoritários

Para fazer um estudo aprofundado acerca dos conceitos, é interessante resgatar etimologicamente o sentido e composição das palavras. Portanto, ao consultar o significado da palavra Propaganda no Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa temos o seguinte resultado: (i) “propagação de princípios, ideias, doutrinas, conhecimentos ou teorias”; (ii) “forma de promover o conhecimento e a aceitação de ideias, produtos, etc., por meio da veiculação na mídia de mensagens pagas; publicidade”; (iii) “arte e técnica de planejar, criar, executar e

¹² Temos alguns eventos que foram marcantes para a década de 60, como um momento de virada na história mundial, mas o que mais se aproxima da nossa pesquisa em relação à influência comunista foi a Guerra Fria.

¹³ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270.7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Ação Psicológica, 1968.

veicular mensagens de propaganda, publicidade” (AURÉLIO, 2010, p. 617). Conceitos corriqueiros como esses, que usamos cotidianamente, podem sofrer modificações à luz de eventos históricos, complexificando-se.

Segundo Domenach, onde existe competições políticas, existe propaganda. Política e propaganda estão atreladas. Políticos, ditadores, estadistas, utilizam a propaganda a fim de criar o apego pelos seus governos e pelas suas imagens. (DOMENACH, 2001, p.10).

A propaganda cria contornos mais específicos quando associada a governos totalitários¹⁴, pois, segundo o autor, é neste tipo de governo que política e ideologia se alinham, sendo sua principal característica jogar com as “molas humanas”.

É fundamental, portanto, analisar a propaganda a partir de uma perspectiva historiográfica, para entender quais são suas funções e dinâmicas em um determinado contexto histórico. Wagner Pereira Pinheiro¹⁵, no artigo “Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo” (2003), trata da importância da propaganda na difusão de ideias e ideologias de um regime totalitário. Este é o nosso objetivo aqui.

A primeira metade do século XX é marcada pela ascensão de regimes de caráter totalitários. A consolidação e manutenção ocorreu graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação, que proporcionaram a divulgação de seus ideais para as massas, como meio de controle e influência da opinião pública. A propaganda transforma uma ideia em um mito, um símbolo, uma mensagem a ser transmitida. A principal arma da propaganda, se feita com eficácia, é a sedução, que apela para o lado emocional e sensível das pessoas, o que as faz aderir a discursos e posicionamentos políticos. O poder político conjuga o “monopólio da força física e da força simbólica”, ou seja, tenta suprimir do imaginário social a concepção de passado, presente e futuro, colocando em xeque as representações da sociedade (PINHEIRO, 2003, p.102).

O papel estratégico da propaganda ocorre em diversos tipos de governos políticos. Entretanto, em regimes autoritários e/ou totalitários necessitam recorrer de forma mais intensa para fazer a manutenção de seu poder, por isso obtêm sucesso devido ao controle dos meios de comunicação. No caso da mais longa ditadura europeia do século XX, que é a que estamos

¹⁴ Jean-Marie Domenach foi um escritor e intelectual francês. Sua principal obra é a abordada nesta monografia: “A propaganda política” ou “Le Propagande Politique”

¹⁵ Atualmente é professor adjunto de História da América e História Audiovisual nos cursos de Bacharelado em História e de Bacharelado em Relações Internacionais pela UFRJ. É pós-doutor em História Social pela USP.

tratando aqui, o salazarismo (1933-1974), entendemos que a propaganda teve efeito preponderante.

O trecho abaixo, referente à pensadora contemporânea Hanna Arendt, caracteriza a propaganda em regimes totalitários como uma cortina de ferro, que impede a realidade de determinada sociedade de ser percebida de fato.

O possuir poder significa o confronto direto com a realidade, e o totalitarismo no poder procura constantemente evitar esse confronto, mantendo o seu desprezo pelos fatos e impondo a rígida observância das normas no mundo fictício que criou. Já não basta que a propaganda e a organização afirmem que o impossível é possível, que o incrível é verdadeiro e que uma coerente loucura governa o mundo; o principal esteio psicológico da ficção totalitária (ARENDR, 1973, p. 442).

Segundo o Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos de Antônio Carlos do Amaral Azevedo (2012), o totalitarismo encarna-se em regimes ditatoriais, como foi o caso do salazarismo, em Portugal. “O Estado Totalitário exerce um monopólio sobre a verdade que se manifesta através de determinada ideologia” (AZEVEDO, 2012, p.439).

2.2 Propaganda e o Estado Novo de Salazar

Os *media* de acordo com este enquadramento conceitual, seria um sistema de relação complementares do poder político, depois plasmado nas práticas de difusão da informação. Este aparelho exerceria um efeito de legitimação e seria pensado na sua função de vigilância, de integração e reprodução da ordem social existente, e de transmissão da herança cultural (LEÓNARD, 2017, p.11).

Em “Salazar, o Estado Novo e os media: introdução a uma nova agenda de investigação”, José Luís Garcia, Tânia Alves e Yves Léonard discorrem sobre a intensa produção historiográfica atual relativa às formas de produção cultural do Estado Novo. Isto deve-se ao reconhecimento dado ao papel dos meios de comunicação para a análise histórica, sociológica e política do governo de Salazar (GARCIA, 2017; ALVES, 2017; LEÓNARD, 2017). Entretanto, apesar de se entender que o tema sobre a propaganda política no governo de Salazar é um campo historiográfico que está em crescimento, há uma subalternidade do enfoque perante outros, como por exemplo, o jogo das potências internacionais e as ações coercitivas do Estado.

A propaganda no governo salazarista remete a bem antes do começo dos processos de descolonização. A propaganda já era utilizada desde o início de seu governo, sendo criado um

órgão específico para ela em 1933 – o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). No caso específico do cinema, Salazar afirmou que “o cinema seria importante para ‘informar’ primeiro e para ‘formar’ depois” (PEREIRA, 2003, p. 117).

De acordo com Francisco Rodríguez Jiménez (2018), no período entre guerras ocorreu uma adaptação nos meios de comunicação, devido ao avanço tecnológico, principalmente em relação aos jornais e rádios portugueses, que se tornou fundamental para uma estreita ligação desses meios de difusão de mensagem com o líder Antônio Salazar.

Em “O Salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, Fernando Rosas (2001, p. 1031) busca mostrar como o regime precisou criar um aparelho de inculcação ideológica, autoritária, que se infiltrasse na vida cotidiana das pessoas, a fim de moldar o “homem novo” do salazarismo. Segundo Rosas, o objetivo deste uso propagandístico está relacionado diretamente com criar uma ideia mítica de nação e de interesse nacional que resgate as “almas portuguesas” a fim de alinhá-las com os organismos estatais que compunham o governo, de origem ideológica. Portanto, unir nação, ideologia, política e sentimento de pertencimento. Havia um projeto regenerador do homem português, que o transformaria em um novo homem, distinguindo-o inclusive de outros cidadãos dos regimes fascistas que existiam na Europa. (ROSAS, 2001, p. 1031-1032).

2.3 Ação Psicológica sob perspectiva

Em todos os domínios, a propaganda logo se empenha na busca da simplificação. Trata-se de dividir a doutrina e a argumentação em alguns pontos, definindo-os o mais claramente possível. O propagandista tem à disposição uma escala inteira de fórmulas: manifestos, profissões de fé, programas, declarações, catecismos, os quais, em geral sob afirmativa, enunciam certos números de proposições em texto conciso e claro (DOMENACH, 2001, p. 68).

O trecho acima resumidamente explica como é o raciocínio para fazer uma propaganda ter êxito. A mensagem tem que ser simples, a fim de atingir a maior quantidade possível de pessoas. Essa simplicidade normalmente pode ser alcançada com slogans e palavras de ordem. A palavra de ordem tem conteúdo tático: “O slogan apela diretamente às paixões políticas, ao entusiasmo, ao ódio” (DOMENACH, 2001, p. 69).

Ao se entender os mecanismos de que a ação propagandística se utiliza, fica mais compreensível analisar conteúdos discursivos dentro de um determinado contexto histórico. A

estratégia do governo português falhou. Segundo o Chefe de Brigada da PIDE, Manuel J. Correia, a ação propagandística empregada gerou ainda mais resistência contra o Império Português, conforme visto no fragmento abaixo:

Ainda que Portugal explicasse a sua razão de estar em África, não foi compreendido, antes pelo contrário se viu rodeado de mais inimigos. E essa propaganda criou forma, alastrou toda a Província, subverteu quase todas as populações.¹⁶

O termo subversão aparece recorrentemente na documentação e seu emprego de sentido está relacionado à ideia de rebeldia contra um sistema que já tinha apresentado todos os motivos cabíveis para que as províncias ultramarinas continuassem sob domínio português. Os revolucionários eram tidos como subversores de uma ordem já estabelecida e que não deveria ser mudada, a princípio, para o próprio bem da população.

Em Angola, a subversão foi rápida e eficiente, ao iniciar um processo que não teve mais reversão, conforme observado no excerto: “Subsequentemente, o inimigo soube escolher a ocasião para lançar os seus ataques, e, em poucos anos, conseguiu instalar a insurreição em 10 dos 15 distritos angolanos.”¹⁷

Para Angola, é interessante reservar um parêntese. Em 1961 estoura a guerra em Angola, ano que foi conhecido como “*la terreur*”, onde estima-se a morte de mais de 60 mil pessoas (RAMOS, 2001 p.400). Tendo em vista o grau de violência, não se admira que haja uma grande quantidade de material fotográfico sobre o assunto. O artigo “Angola 1961, o horror das imagens” de Afonso Ramos (2014) aborda justamente o enquadramento e tratamento dado a essas imagens. Não é intenção desta monografia prolongar-se nos pormenores das imagens de guerra, mas usar o trabalho do autor para exemplificar a multiplicidade de formas de apropriação política de um discurso. No que tange ao discurso que determinadas imagens podem transmitir, nos esclarece Afonso Ramos:

Mas embora este discurso de optimismo humanista ainda prevaleça, o papel da fotografia para legitimar argumentos de destruição, morte e perseguição foi desde sempre e igualmente forte, usadas sobretudo em campanhas dirigidas a civis, para ilustrar o inimigo como assassino, canibal, violador ou animal (RAMOS, 2001, p.401).

¹⁶ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270.7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Acção Psicológica, 1968.

¹⁷ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270.7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Acção Psicológica, 1968.

Nesse sentido, o artigo de Afonso Ramos (2014) analisa as fotografias divulgadas pelo governo português sobre os eventos ocorridos em 15 de março de 1961, que foram as que tiveram maior impacto público na história do país e de longe foram as mais distribuídas e reproduzidas pelas autoridades oficiais do governo, pertencendo à categoria de “fotografias de atrocidade” (RAMOS, 2001, p.400). Estas imagens tinham por objetivo mobilizar sentimento de vingança e revanchismo, ao tentar ocultar informações verídicas sobre o passado colonial.

Os acontecimentos retratados nas fotografias foram uma série de ataques organizados por Holden Roberto e organizados por Frantz Fanon (RAMOS, 2001, p.402) e são uma resposta à chacina anterior de colonos africanos e uma denúncia ao trabalho forçado¹⁸. A chacina feita pela UPA, decorreu por semanas, revelando, segundo Ramos, a falta de preparo e tribalismo do movimento composto por bacongos, que assassinaram 4 a 5 mil negros (ovimbundos e quimbundos) que trabalhavam em fazendas e cerca de 300 a 800 brancos, as famílias dos colonos (RAMOS, 2001, p.402).

Essas fotografias divulgaram imagens de terror que o governo colonial conseguiu utilizar a seu favor, manchando a luta anticolonialista em Angola.

A quase ausência de imagens relacionadas à Guerra Colonial em si, também nos elucidam no que diz respeito ao que a propaganda portuguesa não queria disseminar, o que nos ajuda a compreender melhor os fragmentos de fontes que estão aqui sendo analisados, nos quais estão presentes, também, as ausências. Para Ramos, A Guerra Colonial

foi uma guerra sem imagens, invisível, porque travada longe do olhar público, inimaginável pois silenciada pela censura, impenetrável dado que bloqueado pelo trauma (RAMOS, 2014, p.399).

Assim, o governo português percebeu a necessidade de preparar as populações locais para o que seria esta influência vinda de fora, influência estrangeira que aliciou e virou a população contra o Império. A palavra “mentalização”, presente no trecho acima, exemplifica com eficácia o objetivo da Ação Psicológica. Não bastava simplesmente fazer a manutenção do controle territorial por meio da violência, era necessário também, e principalmente, mentalizar a população sobre os benefícios de se manter sob a tutela de Portugal.

Em princípio, pouco se fez, no sentido de preparar as populações para enfrentarem as novas ideias com que as aliciavam e os ataques que lhes desferiam. Presentemente, as medidas para o desenvolvimento sócio-econômico e auto-defesa através do trabalho de mentalização, reordenamento rural ou reagrupamento, constituição de milícias de regedoria, revelam-se frutuosas e certas, necessárias mas insuficientes, por que começamos tarde e temos pela frente um inimigo hábil, impiedoso, persistente, fortemente apoiado do exterior pelos verdadeiros fautores da insurreição.¹⁹

2.4 Uma perspectiva a partir de Frantz Fanon

Às colônias a verdade se mostrava nua; as “metrópoles” queriam-na vestida; era preciso que o indígena as amasse. Como às mães, por assim dizer (...). A elite europeia tentou engendrar um indigenato de elite: selecionava adolescentes, gravava-lhes na testa com ferro em brasa, os princípios da cultura ocidental, meti-lhes na boca mordanças sonoras, expressões bombásticas e pastosas que grudavam nos dentes: depois de breve estada na metrópole, recambiava-os adulterados (SARTRE, 1968, p.3).²⁰

Frantz Fanon em “Os condenados da Terra” (1968) trabalhou a questão da descolonização em si como um processo violento, independente da instância que se observa (encontros interindividuais, da polícia, de conselho administrativo, entre outros); pois em primeiro lugar temos a violência como algo óbvio e já dado, que é a exploração do colonizado pelo colonizador. Essa relação que começa nesta primeira violência, desenrola-se e complexifica-se em outros tipos de violência. A estrutura do projeto colonial inflige uma atmosfera de submissão e inibição do ser colonizado. Portanto, segundo Fanon, o processo de descolonização é uma substituição de uma “*espécie*” de homens, por outra espécie de homens (FANON, 1968, p.25).

Ao observar a Ação Psicológica enquanto estratégia de guerra baseada em propaganda, e ao utilizá-la a fim de fazer a manutenção do Império, vemos que era, portanto, imprescindível, este conhecimento do ser colonizado por parte do colonizador. Conhecimento da sua cultura e da sua forma de viver. Mais do que a violência física em primeira instância, foi necessário também colonizar as mentes. Mais especificamente, “O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que “os conhece”. É o colono que *fez e*

¹⁹ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270.7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Ação Psicológica, 1968.

²⁰ O prefácio do livro “Os condenados da terra” (1968) foi escrito pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980).

continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial” (FANON, 1968, p.26).

Ainda em Fanon, observamos que o mundo civilizado é dividido em dois, que tem por fronteira o limiar dos quartéis e das cabines de polícia. O intermediário entre o colonizador e o colonizado é o bom soldado, tem uma moral elevada e caráter exemplar. Entretanto, este intermediário aconselha e orienta o colonizado à base de coronhadas:

Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças de ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado (FANON, 1968 p.28).²¹

Nesse sentido, verificamos na nossa fonte o quanto a influência, através de propaganda, dos apoiadores à descolonização, desestabilizava todo um sistema que buscava justamente o contrário. Para além do confronto direto, era indispensável a mentalização dos povos colonizados. Essa mentalização poderia ocorrer tanto por parte dos colonos, que lutavam pela descolonização, quanto por parte do Império que desejou interromper e deslegitimar o processo.

Os programas magistralmente preparados e irradiando de emissoras estrangeiras como Brazzaville, Kinshasa, Tanzânia, Gana, Praga, Moscovo, mentalizam de tal modo as populações, que as levam à resistência passiva, ou à formação, no seio delas, de elementos activos que, seguindo as suas directrizes, se revelam perigosos agitadores. Constituindo-se em células, vãos e ramificando e formando – os pontos de apoio indispensáveis à progressão dos grupos terroristas, - que atravessando a fronteira, nos obrigam a uma guerra de movimentos constantes, irregulares e sem fronteiras fixas.²²

Na medida em que a Ação Psicológica trabalhou no sentido da fomentação do desejo do colonizado em continuar a pertencer ao Império, entende-se que as relações entre estes polos tão distintos (colonizador e colonizado) complexificam-se. O colonizador habita o território do colonizado e domina a hierarquia dessa relação, usufruindo de um conforto diferenciado, como rua asfaltada onde habita, casa higiênica e bem arrumada, entre outros privilégios; o colonizado

²¹ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270,7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Acção psicológica, 1968.

²² PT.ADN.F1.SR.52.CX.270,7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Acção psicológica, 1968.

se vê desejando a realidade do colonizador. Para Fanon esta é uma tensão que está relacionada ao próprio colonialismo, a saber:

“o olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível!” (FANON, 1968, p.29).

É este sentimento, que variava entre desejo e inveja, que o Império desejou estimular. Esta era uma das principais funções da Ação Psicológica: fazer a manutenção do Império por meio da mentalização do lugar de inferior dos colonizados. O objetivo era fazer com que os colonizados desejassem a estrutura de vida do colonizador, porém, sem de fato atingir o mesmo patamar que ele.

O sistema foi ameaçado, quando despontaram os processos de descolonização nas colônias portuguesas, tais como outros processos que ocorriam nos vizinhos africanos, como por exemplo Congo e Zâmbia (colônias da Bélgica e Reino Unido, respectivamente) e que rompiam com a estrutura colonizadora acima descrita.

A Ação Psicológica surgiu como uma resposta imediata, uma estratégia altamente burocratizada que buscou ações rápidas em diversos âmbitos, conforme exemplificado pelo fragmento: “Assim, todos repetimos, trabalhando na mais estreita colaboração, mas com cargos e responsabilidades perfeitamente definidos, poderemos ver crescer e consolidar-se a nossa obra de pacificação e engrandecimento de Angola.”²³

²³ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270,7. CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Ação Psicológica, 1968.

3 AÇÃO PSICOLÓGICA NA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA E O PROJETO DE IDENTIDADE NACIONAL

Não houve jornalista da esquerda (e os que não eram calaram-se...) que não aproveitasse para denegrir Salazar falando sem conhecimento de causa mas repetindo invariavelmente os lugares comuns postos a correr sobre ele na base da falsidade e da calúnia. O homem barrara durante quarenta anos o avanço do comunismo, não se conformara com abandonar as províncias do Ultramar português ao primeiro empurrão dos que as queriam transformar (como depois sucedeu) em trampolins de assalto ao chamado “Mundo ocidental”, persistiu em sobrepor os interesses reais do povo que governava ao culto das abstrações ideológicas que vão infelicitando a Humanidade... Daí as iras, os ódios, os histerismos, as perfídias, os insultos que a sua figura e a sua ação provocaram em certos meios cada vez mais preponderantes na opinião que se publica (CAETANO, 1977).

O trecho acima corresponde à introdução do livro de memórias que o último estadista do Estado Novo, Marcello Caetano (1906-1980), escreveu sobre o seu predecessor António de Oliveira Salazar (1889-1970). A partir deste fragmento é possível fazer algumas observações gerais sobre o que significou a luta nas “províncias do Ultramar” para Portugal: barrar a ameaça comunista nas colônias portuguesas e todos os valores atrelados a ela. Para que isso ocorresse, Salazar, segundo a análise de Marcello Caetano, gerou os sentimentos mais diversos, tanto para a sociedade portuguesa, como para o mundo; sentimentos, porém, majoritariamente de caráter negativo, devido ao seu governo autoritário (CAETANO, 1977, p.1).

A partir desta reflexão inicial, podemos dizer que o terceiro e último capítulo desta monografia busca relacionar especificamente a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974) na sua estratégia de guerra – Ação Psicológica – com questões associadas ao conceito de identidade nacional, buscando elucidar as seguintes perguntas: por que o Estado Português prolonga uma guerra de resultados controversos e altamente custosa? O que significa para a imagem de Portugal manter este Império, que se esfacelava?

Para a construção cuidadosa deste cenário, optamos necessariamente por discorrer sobre a valoração da vida humana em contexto de guerra, a partir de uma percepção que extrapola concepções naturalizadas e já bastante debatidas no cenário de guerra, como disputas políticas entre potências e economias decadentes.

Para compreender esta representação de alteridade, recorreremos aos debates propostos por Sigmund Freud (1915) e Judith Butler (2017), que discorrem sobre o conceito e

reconhecimento da vida em si ao buscar elucidar em que circunstâncias a vida humana é valorizada e passível de luto no contexto de guerras.

É possível começar a responder a esta complexa pergunta “O que é uma vida? Quando a vida é passível de luto?”. Estas são perguntas e conceitos abordados pela filósofa contemporânea estadunidense Judith Butler. A pensadora procura avaliar a dimensão e valor da vida dentro de um cenário de guerra:

procuo chamar a atenção para o problema epistemológico levantado pela questão do enquadramento: as molduras pelas quais apreendemos, ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou violada estão politicamente saturadas. Elas são em si mesmas operações de poder. Não decidem unilateralmente as condições de aparição, mas seu objetivo, é, não obstante, delimitar a esfera da aparição enquanto tal. Por outro lado, o problema é ontológico, visto que a pergunta em questão é: O que é uma vida? (BUTLER, 2017, p. 14).

Para responder à questão sobre o que é uma vida, Judith Butler explica que, para ser considerada uma vida, ela precisa, primeiramente, ser concebida como tal. Esta concepção de vida se dá através dos enquadramentos, das molduras pelas quais a apreendemos e, por fim, reconhecemos uma vida como vida. Este enquadramento, que nos permite reconhecer uma vida como vida, está normalmente associado a uma determinada normatividade histórico-social, na qual o indivíduo se encaixa ou não.

“Apreender” uma vida não significa necessariamente “reconhecer” uma vida (BUTLER, 2017, p.18). Entre apreender e reconhecer, como se fosse uma ponte, há a “condição de ser reconhecido”. Somos capazes de apreender sim, uma vida, pelas “normas de reconhecimento”, mas isso não significa que todas as vidas que apreendemos estão dentro das normas de reconhecimento. Podemos não apreender uma vida como vida. Podemos apreender uma vida e não a reconhecer. Podemos apreender e reconhecer, e esta ser uma vida em condição precária. Apreender ou reconhecer não garante que, diante das normas de reconhecimento, aquela vida seja passível de luto. Assim, compreende-se que a vida dos colonizados nas colônias ultramarinas não era passível de luto, pois não estavam enquadradas no projeto político de construção da identidade portuguesa por alteridade.

O ‘ser’ do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros: normas, organizações sociais e políticas que se desenvolvem

historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros (BUTLER, 2017, p.15).

Aqui se entende o corpo como local de disputas, para além de questões como ética e justiça social, a serviço de determinados interesses, dependendo do contexto no qual está inserido e dos grupos sociais em disputa.

Deve-se, entretanto, voltar à questão do enquadramento, pois este pode ter sua forma alterada, inclusive por novos enquadramentos sobrepostos. Questionar um dado enquadramento significa duvidar, ponderar, relativizar a imagem e, por pressuposto, a mensagem que estava sendo transmitida, lembrando sempre que ela tem um destino, uma função, um direcionamento, um alvo a ser atingido. O enquadramento está relacionado com contexto. A proposta visa relativizar alguns enquadramentos a respeito da Guerra Colonial Portuguesa.

Nesse sentido – do que é ou não uma vida precária – podemos questionar: o quanto a vida dos colonizados africanos era passível de luto? Quanto valiam essas vidas, mediante a prioridade de manutenção do Império?

Para uma reflexão mais abrangente a respeito das designações de vida enquanto tal, suas problemáticas e complexidades, trazemos o pensamento do psicanalista Sigmund Freud, que em 1915, escreveu um ensaio reflexivo intitulado: “Por quê a Guerra? Reflexões sobre o destino no mundo”. Apesar de anterior ao recorte temporal desta pesquisa, Freud influenciou imensamente o pensamento ocidental contemporâneo, e alguns de seus apontamentos são interessantes para a abordagem deste tema, além de dialogarem com Judith Butler.

Freud questiona sobre as condições humanas e sociais que favorecem a guerra no ano de 1915, que desencaminham uma concepção de futuro por parte da sociedade europeia na época e o que essas condições traziam de malefício à vida humana. A questão principal, que norteia sua reflexão, é de como a sociedade conseguiu chegar naquele ponto de conflito, em uma guerra como nunca vista anteriormente.

Arrastados pelo turbilhão desta época de guerra, informados de modo unilateral, sem distância quanto às grandes transformações que já se realizaram ou se começam a realizar e sem vislumbre do futuro que já se está configurando, andamos desencaminhados no significado por nós atribuído às impressões que nos oprimem e no valor de juízo que formamos (FREUD, 1915, p. 25).

O psicanalista defendeu que há uma necessidade biológica e psicológica do sofrimento humano para a economia da vida humana, mas que isso não significa não condenar a guerra e suas consequências. Ele afirmou que, enquanto os povos continuarem a viver no mais variado grau de condições desiguais de existência, a guerra continuará a existir, devido às valorações da vida individual diferirem tanto umas das outras. O que separa a vida de outras vidas é o ódio. Segundo Freud, esperava-se que os povos considerados como mais “civilizados” resolvessem seus conflitos de outro modo. Porém, nota-se que as expectativas perante esta suposta civilização europeia “evoluída” se frustraram face ao avançar da I Guerra Mundial (1914-1918), pois continuaram sustentando guerras destrutivas à vida humana ao longo século XX. As chamadas “elevadas normas morais” (FREUD, 1915, p.26), assinaladas por Freud, às quais os indivíduos europeus estavam submetidos, não impediram o alastramento desses conflitos.

A resposta de Butler para a questão do luto, além de um aprofundamento sobre as questões levantadas por Freud, estão diretamente relacionadas ao conceito de identidade. Para entendermos o quanto a construção política da identidade nacional portuguesa estava atrelada à manutenção do Império, é preciso, num cenário continental, compreender que os países buscavam o caminho inverso, principalmente a partir do gradual desmantelamento dos impérios europeus após a II Guerra Mundial (1939-1945). O movimento anticolonialista ganhou maior proeminência a partir da independência da Índia (1947) do jugo britânico, o que colocou em xeque a supremacia imperial da Inglaterra. A ameaça da situação britânica estimulou outros países europeus, que desejavam manter seus domínios, como França e Holanda.

No decorrer das décadas de 40, 50 e 60 do século XX, a maioria dos países colonialistas reconhecia que sustentar o sistema de exploração se tornava, cada vez mais, uma tarefa inviável. Diante do aumento de movimentos de luta pela independência dos países colonizados, além da ampliação de manifestações político-culturais que lançavam luz à importância de diversas demandas sociais, as respostas para esses enfrentamentos não mais se baseavam somente em repressão e violência. Perante tamanha pressão social, foi necessário buscar novas respostas. O autoritarismo começou a entrar em colapso de forma mais contundente nas formas ditatoriais de governo, porém com avanços tímidos nas manifestações sociais.

Portugal resistia a essa tendência, engajando-se em 1965 em três frentes de guerra: Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Identifica-se, portanto, uma especificidade do colonialismo português. Segundo Eric Hobsbawm:

De qualquer modo, em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. Precisava explorar seus recursos africanos, e como sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto (HOBSBAWM, 1917, p. 218).

3.1 Identidade

É o momento de retomar o conceito de “identidade”. Sabemos que este conceito é imprescindível para a compreensão de eventos históricos. Portanto, vale traçar um panorama sobre o que é identidade antes de nos debruçarmos sobre questões mais específicas, principalmente as que são pertinentes à Ação Psicológica.

Para Boaventura de Sousa Santos (1993), a modernidade se inaugura a partir da concepção de identidade, quando ocorre o colapso da teocracia medieval e surge, assim, o indivíduo como centro das respostas do homem. O caráter subjetivo que gradualmente as identidades adquirem, as tornam extremamente complexas, dentro de suas “negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação” (BOAVENTURA, 1993, p. 31). Ou seja, o conceito de identidade não é rígido nem estável, ele depende e varia de acordo com contextos específicos.

Para Stuart Hall (2006) o conceito de identidade deve ser trabalhado a partir das representações que ocorrem dentro do Estado Nacional. Identidade não é algo que nasce conosco e que nos é dado por nascimento, mas é um processo que acontece no seio de uma comunidade em constante movimento. A nação vai além de política ou da economia. Ela produz sentidos, valores, formas de ser e sentir. Segundo Hall, “nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ veio a ser representada – como um conjunto de significados pela cultura nacional inglesa” (2006, p.48-49). Neste sentido, as pessoas não são somente cidadãs legais, elas participam de uma ideia de nação. Em Hall (2006), os simbolismos são inerentes à nação (como, por exemplo, os feriados nacionais), e seus mecanismos nos fazem ter um ideal de pertencimento e lealdade. Isso é o que se chama de “comunidade imaginada”²⁴.

Ainda dentro do contexto do que significa identidade, é pertinente abordar o conceito de alteridade – a construção de identidade por oposição ao outro. A partir dessa construção nós criamos *metamemórias*, ou seja, representações sobre o que indivíduo viveu inserido dentro da

²⁴ Trabalhamos com a argumentação de Stuart Hall, porém o conceito de “comunidades imaginadas surgiu com Benedict Anderson na obra “Comunidades Imaginadas” de 1983.

memória coletiva e histórica (CATROGA, 2015). Entende-se, portanto, que a sociedade portuguesa, através de ações do Estado Português, construiu sua identidade a partir de um outro, do antagonismo entre colonizador e colonizado, sendo o colonizado o atrasado, inferior, estrangeiro e subversivo, como é possível verificar na fonte que está sendo analisada nesta monografia²⁵. Identificamos ainda, na fonte supracitada, duas palavras que já definem o caráter do outro por oposição: “comunismo” e “terroristas”.

3.2 Colonizadores X colonizados: tensões identitárias

Para Manuel J. Correia “O comunismo internacional fazia sentir já a sua nefasta acção subversiva muito antes de 1961, altura em que eclodiram os primeiros movimentos terroristas em Angola”²⁶. Ou seja, especificamente, se entende que a sociedade portuguesa se construiu a partir de um “*destino atlântico*” (MATA, 2014, p. 8), construído historicamente desde as primeiras colonizações portuguesas a partir do século XVI, favorecida por sua posição geográfica estratégica. Essa identidade foi construída por alteridade, e infelizmente agregou diversos preconceitos, além de conduzir diversas ações do Estado Português.

Observar a questão colonial a partir da conceituação de identidade influi numa percepção mais profunda e proveitosa sobre o tema, contribuindo para ressaltar narrativas e personagens da história que foram silenciados pelas memórias oficiais²⁷ (CATROGA, 2015). É possível, portanto, articular história, memória e identidade nacional.

Conforme citado acima, as identidades pressupõem tensões, conflitos e ambivalências. Não devemos, pois, considerar aqui, que as identidades africanas foram absolutamente apagadas deste processo. Elas não foram “apenas” influenciadas, mas também influenciaram. Há uma relação dialética entre colonizadores e colonizados. Os portugueses também agregaram muito da cultura africana no que se refere a hábitos, costumes, culinária, vestimentas, etc. Tanto que a descolonização não só ocasionou mudanças nos modos de vida dos territórios das colônias africanas, como também em Portugal (MACHADO, 2011, p.33-34). Mas é preciso recordar que o que se argumenta é o conceito de identidade como diretamente associado às questões de

²⁵ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270.7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Acção psicológica, 1968. Fragmento denominado Acção Psicológica, escrito pelo Chefe de Brigada da PIDE, Manuel J. Correia, G.C.I. Nº.3.

²⁶ PT.ADN.F1.SR.52.CX.270,7. CORREIA, Manuel, J. **Comunicação 4**. Acção psicológica, 1968.

²⁷ Memórias oficiais, aquelas que tem proeminência política e ampla divulgação social. São alimentadas pela Instituição e pelo Estado, conforme pode ser visto em “Memória, História e Historiografia” (CATROGA, 2015)

poder. Quem tem o poder conta a História, transformando as narrativas em narrativas hegemônicas.

Vemos em “O passado, modos de usar” de Enzo Traverso (2012) que a visibilidade e o reconhecimento de uma memória dependem da força de quem a possui. Portanto, existem “memórias fortes” e “memórias fracas” em relação às “memórias oficiais”. Força e reconhecimento não são valores fixos e imutáveis, eles evoluem, consolidam-se e fragilizam-se, de acordo com o contexto histórico.

3.3 Império Colonial e Identidade

Devido às considerações até aqui apresentadas, é pretendido seguir uma linha historiográfica de análise do colonialismo português dos séculos XIX e XX que trabalha a questão econômica, na medida em que não a enfatiza, mas também não a ignora²⁸ – nem a tese do “imperialismo econômico” e nem a tese do “colonialismo de prestígio” (VALENTIM, 2000, p. 219), mas que resgata uma dimensão cultural do colonialismo que procura analisar a construção de um sentimento de legitimidade de Portugal como um grande país colonizador imperial, conforme exemplificado na “Exposição Colonial do Porto de 1934”.

Não é objetivo deste capítulo se prolongar na análise da Exposição em si, mas interessa referir o que ela representou. O slogan “*Portugal não é um país pequeno*” (MACHADO, 2011), apanágio da Exposição, sintetiza o inerente lugar do Império naquilo que é o Portugal do Estado Novo. Essa exposição tinha o objetivo de evidenciar o projeto colonial português como uma missão civilizatória, levando os valores do homem branco, europeu, cristão, para outras regiões “bárbaras do mundo”. Sendo assim, o Império expandia suas malhas geográficas e de influência. Pode-se encarar como uma missão didática para a sociedade portuguesa, a fim de educá-la quanto aos desígnios do Império Português (MACHADO, 2011).

Refletir sobre o Império Português como algo intrínseco e indissociável da História de Portugal é uma forma de pensar Portugal no mundo²⁹. Para os organizadores, era necessário Portugal se libertar da sua posição periférica perante os outros países europeus, principalmente em relação às disputas entre as potências europeias, que almejavam possuir status e poder.

²⁸Ver principal referência sobre a dependência econômica: Portugal in Africa 1815-1910 – R. J. Hammond.

²⁹Ver estudos sobre a questão do luso-tropicalismo, indicamos aqui a historiadora Cláudia Castelo.

O contexto da Exposição Colonial do Porto está associado com a década de 30 em Portugal, que tinha a política colonial ancorada ideologicamente na produção de propaganda, ou seja, na feitura de materiais vinculados tanto à sociedade portuguesa quanto à colonial (jornais, revistas, panfletos e cartazes), que difundiam valores pró-colonialistas. Era necessário fazer a nação portuguesa refletir a partir de uma ideia de Portugal espalhado pelos cinco continentes, uno e indivisível. É ainda nos anos 30 que se tem o “Acto Colonial” que visava justamente legitimar o direito de Portugal de possuir e colonizar os territórios ultramarinos.

A mesma obra de ordem nas finanças e na economia estende-se da metrópole às colônias, essencialmente ligadas com a própria existência de Portugal e com as exigências do seu desenvolvimento. Mas é visível que uma ação larga, relativamente aos problemas dos nossos domínios ultramarinos, só é possível, como aqui mesmo, depois do saneamento financeiro. O Ato Colonial, conforme o nosso espírito histórico, nacionalista e civilizador, traduz, além de certas reivindicações das dívidas coloniais, a necessidade de ordem nas suas finanças próprias, como nas nossas; as brigadas de técnicos enviadas a Angola, a criação do Banco de Fomento e os contratos dos Bancos emissores, a necessidade de ordem na sua economia, que desejamos progressiva, bem constituída e sólida. As diretrizes são idênticas; os processos os mesmos: com a ordem na administração, a ordem financeira e sobre esta e por meio desta o desenvolvimento econômico (SALAZAR, apud VVA, 2010, p. 29).

Cabe dizer que, apesar de movimentos independentistas alcançarem maior reverberação a partir de 1945, conforme visto anteriormente, já nesta década a crise do colonialismo se fez sentir e os ventos da ameaça que rondavam outros Impérios chegavam a Portugal.

Pode-se aferir, por conseguinte, que este sentimento da relevância de Portugal como civilizador de povos bárbaros e incultos foi algo paulatinamente construído no decorrer de muitos séculos, a partir da percepção de que Portugal tinha esta missão. A Ação Psicológica, enquanto estratégia de propaganda de guerra do Governo Português buscava, portanto, aliar esses diversos fatores: identidade, alteridade, passado colonial, sentimento de pertencimento. A manutenção do Império Português era imprescindível para a conservação da identidade da sociedade portuguesa e do Estado Português em si, principalmente frente às outras potências europeias. Verifica-se esta ideia a partir da necessidade de combate a uma mentalização vinda por parte do inimigo, conforme diz o fragmento de fonte abaixo:

Em princípio, pouco se fez, no sentido de preparar as populações para enfrentarem as novas ideias com que as aliciavam e os ataques que lhes desferiam. Presentemente, as medidas para o desenvolvimento sócio-econômico e auto-defesa,

através do trabalho de mentalização, reordenamento rural ou reagrupamento, constituição de milícias de regedoria, revelam-se frutuosas e certas, necessárias mas insuficientes, por que começamos tarde e temos pela frente um inimigo hábil, impiedoso, persistente, fortemente apoiado do exterior pelos verdadeiros fautores da insurreição.³⁰

O excerto seguinte permite constatar que não bastava simplesmente convencer a sociedade portuguesa e o exército português, também era fundamental disseminar entre os colonizados um sentimento de pertencimento a esse Império, como algo necessário para sua sobrevivência. Não se ergue um Império como uma via de mão única. A conquista somente do território não é completa. Um território vazio não legitima a dominação. É preciso que o povo dominado seja, também, em certa medida, conquistado.

Mas não basta impedir que as ideias novas sejam captadas por populações ainda não suficientemente preparadas para saberem discernir a verdade da mentira, não basta que elas se sintam tratadas com justiça, é preciso ainda levá-las a acreditar que somos nós a vencer esta guerra, e com, conseqüentemente, que as defenderemos e teremos de viver todos juntos.³¹

Aqui, temos a vida não passível de luto, servindo ao propósito português de manutenção do Império. Pode-se aferir, a partir da leitura de Judith Butler (2017), sobre a vida passível de luto, que o status desses mesmos corpos colonizados é alterado, devido à mudança de contexto, dos interesses que envolviam o império português.

Podemos entender a Ação Psicológica para além de uma ferramenta de luta na Guerra Colonial, mas também como uma estratégia fundamental para a manutenção da identidade portuguesa, já que o projeto colonial implicou em uma visão dos colonizados por oposição.

Em Judith Butler (2017) é possível observar que a vida dos colonizados era passível de luto, devido ao enquadramento do contexto histórico de conservação do Império através da Ação Psicológica, que legitimou a Guerra Colonial, mesmo que às custas das vidas precarizadas dos colonizados. Afinal, a guerra ocorreu em sua totalidade em território africano. Em Sigmund Freud (1915) percebe-se que na avaliação do autor sobre valoração da vida em contexto de violência e guerra, aplica-se à Guerra Colonial, na medida em que a vida dos colonizados tinha

³⁰ PT.ADN.F1.SR52.CX.270,7, CORREIA, Manuel J, **Comunicação 4**. Acção psicológica, 1968.

³¹ PT.ADN.F1.SR52.CX.270, 7, CORREIA, Manuel J, **Comunicação 4**. Acção psicológica, 1968.

menos valor que a dos cidadãos portugueses e que, por existir esta desigualdade de importância de vidas, a guerra inevitavelmente continuaria em curso.

CONCLUSÃO

A presente monografia buscou traçar um caminho lógico de raciocínio sobre a importância da Ação Psicológica enquanto estratégia de guerra fundamental para a manutenção do Império Português, inserida no contexto da Guerra Colonial Portuguesa; para, por fim, entender seus recursos específicos e sua influência na população colonizada.

O primeiro capítulo teve por objetivo situar o contexto histórico, tanto internamente em Portugal, como internacionalmente, no qual a Ação Psicológica, tema central desta monografia, foi desenvolvida e estabelecida.

O segundo capítulo tratou fundamentalmente sobre o que é a Ação Psicológica, qual o seu objetivo, onde ocorreu sua disseminação, como foi elaborada e como foi transmitida. Concluiu-se que a análise da produção epistemológica sobre a máquina de propaganda que sustentou a Guerra Colonial Portuguesa foi imprescindível para avaliar as dinâmicas da Ação Psicológica portuguesa, bem como seus recursos que visavam impedir os processos de independência das províncias ultramarinas.

O terceiro capítulo: “Ação psicológica na Guerra Colonial Portuguesa e o projeto de Identidade Nacional” teve por objetivo articular a Ação Psicológica com o conceito de Identidade Nacional, a fim de compreender que efeitos as consequências da Ação Psicológica tiveram na população local colonizada. Verificou-se no capítulo dois que a Ação Psicológica se aplica em três frentes: exército português, sociedade portuguesa e população colonizada. Para cada frente, a linguagem utilizada e os recursos empregados distinguiam-se. Nesse sentido, procurou-se, portanto, entender como a estratégia de guerra ocorreu, a fim de atingir os colonizados, pois este foi o recorte da monografia e, para isto, aprofundar-se nas questões de identidade foi fundamental.

É importante destacar a análise feita pela filósofa Judith Butler em “Quadros de Guerra” sobre a questão ontológica e conceitual que esta propõe: “o que é uma vida”; “a vida passível de luto”; “a precariedade da vida” no contexto da Ação Psicológica de manutenção e legitimação da Guerra Colonial. Cabe também um destaque sobre análise de Freud da diferenciação das vidas, em termos de qualidade e o quanto isso propicia situações de guerra.

Um dos objetivos desta monografia, de forma geral, foi trabalhar com perspectivas silenciadas no que tange à Guerra Colonial Portuguesa. Trabalhar especificamente com a Ação Psicológica abre espaço para um novo olhar sobre o tema.

Para o historiador Valentim Alexandre trata-se, portanto, de aliar estreitamente a ideia e concepção de Império Português com a concepção de Identidade Nacional do povo português, que é o que foi trabalhado nesta monografia.

O primeiro ponto que chama a atenção é o peso que a questão colonial assume na história portuguesa dos últimos dois séculos – mais evidente em épocas de crise como o da partilha da África (entre várias outras), mas também muito clara nas fases de acalmia, estando sempre presente, não apenas num ou outro autor, neste ou naquele texto mas no conjunto da argumentação política, pela relação estreita que mantém com o problema central da identidade e da própria sobrevivência do país. Por isso mesmo, todas as correntes do nacionalismo português se defrontam, de uma forma ou de outra, com a opção ultramarina (ALEXANDRE, 2000, p.219).

A passagem acima revela que é muito difícil falar da história de Portugal sem colocar um grande peso na questão colonial, mesmo em fases e temas que não estão diretamente atrelados ao colonialismo, pois este está intrinsecamente nas raízes de suas questões identitárias.

A manutenção do Império Português, enquanto parte integrante imprescindível da identidade nacional portuguesa, nos faz, portanto, entender por que esta guerra se alastrou por tanto tempo. Neste sentido, pode-se questionar o quanto a vida dos colonizados que lá estavam era passível de luto, diante da imagem que Portugal desejava transmitir para o mundo, e para a própria sociedade de Império colonizador, conforme vimos em Judith Butler (2017). E a partir de Freud (1915), a relação está sobre a reflexão da existência da guerra; que irá existir enquanto houver vidas extremamente desiguais, ou precárias (este último termo conforme visto em Butler). Todo este cenário pode ser melhor explicado ao levar ainda em consideração que a guerra não acontecia em território português, mas sim nas colônias africanas, que tinham que arcar com as consequências, desde físicas até psicológicas.

Pode-se aferir, portanto, com toda a argumentação teórica-metodológica vista até aqui: a Ação Psicológica, enquanto estratégia de guerra a fim de impedir os processos independentistas nas colônias africanas, teve um determinado enquadramento, segundo Butler.

Os enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só

organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento (BUTLER, 2017, p.17). Conforme o fragmento acima entendemos que, no que tange à guerra e à produção de sua violência, a vida dos colonizados não estava em enquadramento mediante o contexto histórico da Guerra Colonial Portuguesa. Eram vidas em precariedade e/ou passíveis de luto.

REFERÊNCIAS

Fontes

Portugal. Arquivo da Defesa Nacional [PT. ADN. F1.SR. 52. CX. 270.7, CORREIA, Manuel J. **Comunicação 4**. Acção psicológica, 1968].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil. Novas Áfricas*. Porto: Afrontamento, 2000.

ALEXANDRE, Manuel Valentim. *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*. In: III Conferência Internacional FLAD - IPRI 2005. Lisboa, Portugal. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento IPRI – Instituto Português das Relações Internacionais Universidade Nova de Lisboa, 2006. p. 31 - 69.

ARENDT, Hanna. *As origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Colonialismo. In: AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAETANO, Marcello. *Minhas memórias sobre Salazar*. Lisboa: Verbo, 1977.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

DOMENACH, Jean-Marie. *A Propaganda Política*. São Paulo: Globo, 1963

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Identidade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Propaganda. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREUD, Sigmund. *Por quê a Guerra?* Reflexões sobre o destino do mundo. Lisboa: Edições 70, 1915.

GARCIA, José Luís et al. *Salazar, o Estado Novo e os media: introdução a uma nova agenda de investigação*. Lisboa: Edições 70, 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JIMENEZ, Francisco Rodríguez. *Propaganda política y comunicación durante el salazarismo: ensayo bibliográfico*. *Ler História* [Online], n. 72, p. 201 - 218, 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/lerhistoria/3692>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2019

LÉONARD, Yves. *O Ultramar português*. In: BETHENCOUT, Francisco (org). *História da Expansão Portuguesa. Vol. 5*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

MACHADO, Bruno. *Os filhos dos "retornados: a experiência africana e a criação de memórias, pós memórias e representações na pós-colonialidade*. Universidade de Lisboa: 2011.

MATA, Inocência. *Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade*. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Portugal não é um país pequeno. Contar o "Império" na pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.

MACQUEEN, Norrie. *A Descolonização da África Portuguesa*. Mem Parkins: Inquérito, 1997.

PEPETELA. *Mayombe*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo*. *História: Questões & Debates*. Curitiba, v. 38, n. 1, p. 101 - 131, 2003.

PINHEIRO, Teresa. *Memória Histórica no Portugal Contemporâneo*. In: Actas do Colóquio comemorativo dos 30 anos da secção Portuguesa do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, 2007. Varsóvia: Universidade de Varsóvia, 2007, p. 340 - 355.

PINTO, Antônio Costa. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*. São Paulo: Horizonte, 2001.

RAMOS, Afonso. *Angola 1961, o horror das imagens*. In: _____ (Org.). *Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860 – 1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

ROSAS, Fernando. *O Salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. In: TORGAL, Luíz Reis; PAULO, Heloísa (org.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SALAZAR, Antônio et al. *Discursos que mudaram o mundo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira*. *Rev.Sociol. USP*, São Paulo, n.5(1-2), p. 31-52, 1993.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 28, p. 51-60, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 de maio de 2019.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.